



GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

BCE

Banco Central Europeu





FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO



F Ó R U M
FAAP
DE DISCUSSÃO
ESTUDANTIL

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

De 30 de maio a 02 de junho de 2018
São Paulo
www.faap.br
forumfaap_com@faap.br
(11) 3662-7262



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Sr^a. Celita Procopio de Carvalho

Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr^a. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

ASSESSORIA DA DIRETORIA

Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

FACULDADE DE ECONOMIA

Diretoria

Prof. Silvio Passarelli

Coordenação

Prof^a. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Queridos delegados,

Sejam bem-vindos ao XV Fórum FAAP de Discussão Estudantil 2018 e ao comitê do Banco Central Europeu (BCE).

O BCE é uma instituição oficial da União Europeia, que funciona como o banco central dos 19 países que fazem parte da UE e adotam o euro como moeda. Seu objetivo é manter a estabilidade de preços e, desse modo, preservar o poder de compra da moeda única. Mais de 2500 pessoas em toda a Europa trabalham no BCE, com sede em Frankfurt, na Alemanha, e desempenham um conjunto de atividades em estreita cooperação com os bancos centrais nacionais de toda a Europa.

O tema de discussão deste ano será o BREXIT. Pretende-se tratar do impacto e de como a saída do Reino Unido da UE poderá interferir nas decisões econômicas do BCE e se tal iniciativa pode envolver outros países, principalmente os da zona do euro que estejam em situação de dificuldade econômica. Com muitas incertezas sobre a decisão final do BREXIT, haja vista que tem cerca de um ano e meio de tratativas até sua saída final da UE, e qual a repercussão que isso causará para os países pertencentes à União Europeia.

Portanto, nós, da mesa, estamos ansiosos para auxiliá-los no processo de discussão em busca de alternativas para esse conflito. Desejamos que vocês tenham um excelente processo de estudo e que isso nos leve a um estimulante debate no Comitê do BCE, durante o XV Fórum FAAP de Discussão Estudantil.

Ana Luiza Paulino,

Flávia Curci

Hugo Tchakerian.



HISTÓRICO DO COMITÊ

Para a formação do Banco Central Europeu (BCE), diversos fatores foram necessários para que a ideia se concretizasse, em 1998, com seus primeiros 11 membros, sendo eles Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia. Seu conceito nasce antes da formação da União Europeia, quando ainda era a Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1964.

De acordo com o Relatório Delors, nomeado segundo o presidente da Comissão Europeia Jacques Delors, a ideia seria fazer, em três fases, uma união econômica e monetária para o continente, visando, por exemplo, uma liberalização do movimento de capital e produção uma política monetária única. Assim, começou-se em 1990, a liberalização do movimento de capital para os estados-membros da Comunidade Econômica Europeia, em que a decisão foi tomada pelo Conselho, dando ainda mais responsabilidade para os Comitês de Governadores dos bancos centrais dos países-membros, para que esses formassem as estratégias necessárias para alcançar a estabilidade de preços.

Para que essa integração econômica fosse atingida, seria necessário modificar a raiz da própria CEE, sendo esse o Tratado de Roma. Em 1991, os países novamente se uniram em uma Conferência Intergovernamental para a discussão dessa reformulação, sendo que o novo plano era assinar, apenas em 1992, o Tratado de Maastricht, criando oficialmente a União Europeia, considerada a primeira integração total entre membros de um bloco.

Foi, então, criado o Instituto Monetário Europeu (IME) em 1º de janeiro de 1994. Caracterizado como um órgão transitório, era composto pelos governadores dos bancos centrais de seus estados-membros. Suas funções constituíam em abrir os caminhos para uma maior comunicação e cooperação entre os bancos centrais e formular os procedimentos necessários para que o objetivo da uma união fosse alcançado.

Em 2 de maio de 1998, o Conselho da União Europeia decidiu que seus membros alcançaram as metas necessárias para que fosse instituída a moeda única e no dia 1º de junho do mesmo ano, o Banco Central Europeu (BCE) foi criado,



acabando com as atividades do IME. A união econômica e monetária foi finalizada em 1º de janeiro de 1999 com a fixação das taxas de câmbio da moeda dos países-membros, sendo que a política monetária única estaria sob a responsabilidade do BCE.

Atualmente, constituído pelos representantes dos bancos centrais nacionais dos 28 membros da UE (sem considerar a saída do Reino Unido) e com sua sede em Frankfurt, na Alemanha, as funções do BCE são: gerir o euro; manter a estabilidade dos preços; e conduzir a política econômica e monetária da UE. Aos países que não optaram por aderir ao euro, participam do BCE, contudo, continuam com seu banco central, sendo possível citar o Reino Unido que seguiu com seu banco nacional, o Banco da Inglaterra; a Polônia, que usa o Złoty e tem seu banco próprio, o Narodowy Bank Polski; e também a Suécia, que tem seu banco chamado Sveriges Riksbank (Banco da Suécia).

A União possui também três órgãos internos de decisão, sendo eles: o Conselho do Banco Central Europeu, o principal órgão de decisão, é formado

pelo presidente e vice-presidente do BCE, 4 membros rotativos que são escolhidos a cada oito anos e 19 governadores dos bancos centrais nacionais dos estados-membros que aderiram ao euro. O Conselho possui responsabilidades que vão desde definir a política monetária da zona do euro a decidir os caminhos do BCE; a Comissão Executiva, que é composta também pelo presidente e vice-presidente do BCE, sendo eles, respectivamente, Mario Draghi e Vítor Constâncio, e outros quatro membros rotativos que são escolhidos a cada oito anos. A Comissão serve quase como um braço direto do Conselho do BCE, sendo que este pode delegar certas responsabilidades. Também é responsável por promover a organização das reuniões do Conselho do BCE, entre outros detalhes; e o terceiro órgão é o Conselho Geral, composto novamente pelo presidente e vice-presidente, contudo, tem a participação dos 19 membros que compõem a zona do euro mais outros 9 membros da União Europeia que estão fora da zona. Esse órgão pode ser considerado transitório, tendo competência de servir como órgão de consulta e coordenação, e ganhou as responsabilidades da antiga IME.



Entre as funções do BCE, também é responsável pela elaboração de Relatórios de Convergência, analisando os Estados que desejam adentrar a zona do euro e ajudando a decidir se devem ou não participar, ou seja, se os países atendem a todas as condições para fazer parte da integração. Contudo, o Banco não isola os países-membros do bloco que não aderiram ao euro, sendo que os representantes dos bancos centrais desses países participam do Conselho Geral do BCE.

HISTÓRICO DO PROBLEMA

A saída do Reino Unido da União Europeia, comumente chamado de BREXIT (British Exit) é resultado de um referendo feito em junho de 2016, no qual 51,9% dos eleitores escolheram a saída, numa votação em que 72,2% de todos os votantes compareceram.

Em março de 2017, foi acionado formalmente o artigo 50 do Tratado da União Europeia no qual se encontra a frase: “Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União.”, denunciando oficialmente o tratado da União

Europeia e dando início ao processo de saída. As negociações com a União Europeia iniciaram em junho do mesmo ano, com uma previsão de conclusão das negociações em meados de 2019.

O referendo que deu origem ao BREXIT ocorreu durante o governo de David Cameron. A ideia inicial de Cameron era de angariar apoio para a saída da União Europeia, porém, acreditava que o apoio popular seria muito maior do que realmente fora, apesar da vitória. A margem que esperavam atingir era muito maior, o Partido Conservador se dividiu, e seu governo ruiu semanas após o resultado do referendo. As eleições que seguiram foram desastrosas para o Partido Conservador, que perdeu boa parte de seus assentos no Parlamento, e para a nova e atual primeira-ministra Theresa May sobrou a enorme tarefa de respeitar o resultado e seguir com o BREXIT.

A vontade dos britânicos de se retirarem da UE persiste desde seu ingresso na Comunidade Europeia em 1973. O primeiro referendo sobre a permanência do Reino Unido na comunidade ocorreu em 1975, e desde então um debate



dentro da política britânica vem sendo feito sobre a permanência ou não na EU.

Houve tentativas de ingresso por parte da Inglaterra na Comunidade Europeia na década de 60, desde o início do projeto de uma integração europeia, porém foi rejeitada pelos países-membros, em particular pela França de De Gaulle, criando um certo desconforto entre as nações após o ingresso do Reino Unido.

Dentro da política britânica, os ânimos em relação à União Europeia (UE) são fluidos, o Partido Trabalhista inglês (*Labour Party*), em seu início fora contra a entrada da Inglaterra na UE, e o Partido Conservador (*Conservative Party*) a favor. Nos meados da década de 90, surgiram partidos específicos na relação RU-UE, sendo o principal deles o UKIP (*UK Independence Party*) Partido de Independência do Reino Unido, chamados de eurocéticos, hoje já é o 3º maior partido dentro da Inglaterra, chegando a desbancar, de vez em quando, os dois partidos tradicionais, trabalhistas e conservadores.

Os governos ingleses sempre foram muito críticos à UE, independentemente do partido no poder, e sempre buscaram ao máximo defender

os seus interesses dentro da construção da união. Foram necessárias diversas medidas, e a criação de alguns órgãos para agradar ao governo de Londres. Um dos governos mais notórios da política inglesa foi o de Margaret Thatcher, que lutou incessantemente contra Bruxelas em prol do Reino Unido. Foi durante seu mandato que passaram o Ato Único Europeu, um dos passos mais importantes para a criação da União Europeia, com a criação de um mercado comum. E a criação de uma série de burocracias, dando, principalmente, poder ao Parlamento Europeu para legislar em matérias europeias.

Muitos dos europeus não veem com bons olhos a volatilidade, as trocas de poder entre os partidos e os arranjos monárquicos do Estado Britânico. Por outro lado, muitos britânicos não veem com bons olhos a burocracia da União Europeia, e atribuem muitas das medidas tomadas por seu governo à influência do continente na ilha.

Hoje o BREXIT é atribuído a várias causas: alguns consideram que a principal delas é a imigração de europeus do continente para a ilha, causando um choque cultural e econômico na Inglaterra



ao substituir parte da sua mão de obra por europeus recém-chegados no decorrer da década de 70 e 80; outros atribuem a saída ao mau desempenho econômico inglês, ou à sua sensação como uma das principais causas da saída, porém dados econômicos não são consistentes para defender a permanência ou a saída; outros consideram as disparidades históricas entre a ilha e o continente.

O Reino Unido sempre se colocou à parte dos assuntos do continente, apenas se posicionando em casos de guerras ou crises econômicas. Sua população também sempre se considerou separada de todo o resto da Europa. Um dos efeitos da 2ª Guerra que atingiu todo o continente europeu, a completa destruição, não foi sentido em solo britânico. Outro efeito que não atingiu o Reino Unido, como os demais países da Europa foi a necessidade de união dos povos e de reconstrução econômica, sob uma bandeira de união, em contraponto com a competição entre países europeus anterior à guerra.

Existem ainda os argumentos de que a União Europeia viola os princípios de soberania nacional

de que os países não possuem mais a autonomia em alguns assuntos, devido à existência de várias regulamentações e burocracias impostas pelos tratados da união.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O BREXIT representa uma evidente demonstração de insatisfação de parte da população britânica com os rumos atuais da integração europeia.

Como dito anteriormente, em 2013, o primeiro-ministro britânico David Cameron prometeu aos cidadãos a realização de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE) antes do fim de 2017, caso ele fosse reeleito. Em fevereiro de 2016, já reeleito, Cameron conseguiu chegar a um acordo com a UE que concederia ao Reino Unido uma condição especial em caso de permanência no bloco regional e o referendo foi, então, agendado para o dia 23 de junho. O referendo de 2016 para decidir sobre a eventual continuidade do Reino Unido no processo de integração europeu, não era uma novidade. (SILVA, 2017, P.6)



Em 1975, durante o governo trabalhista de Harold Wilson, apenas dois anos depois da integração do Reino Unido à Comunidade Econômica Europeia (CEE), foi realizado um primeiro referendo para decidir se o país deveria continuar como membro da CEE. Com intenso apoio dos conservadores, liderados por Margaret Thatcher, 67,2% do eleitorado escolheu permanecer no mercado comum europeu. Quarenta e um anos depois – com uma das mais altas taxas de participação do eleitorado britânico (72,21%) –, a opção pela saída do país do bloco europeu foi vitoriosa, com 51,89% contra 48,11%. Um resultado surpreendente, entre outros aspectos, porque as projeções indicavam um desfecho diferente, ainda que por margem apertada. (SILVA, 2017, P.6)

Juridicamente, baseando-se na decisão dos eleitores, o governo do Reino Unido deve invocar o artigo 50 do Tratado da União Europeia (TUE), que prevê um prazo de dois anos após a notificação ao Conselho Europeu para que os tratados deixem de ser aplicáveis pelo Estado denunciante, ou seja, após esse período, o Reino Unido não faria mais parte de qualquer acordo feito dentro da UE pelos meios que costumava utilizar.

ARTIGO 50.º

1. Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União.
2. Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.
3. Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse prazo.
4. Para efeitos dos n.º 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado-



-Membro que pretende retirar-se da União não participa nas deliberações nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito. A maioria qualificada é definida nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 238.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

5. Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão, é aplicável a esse pedido o processo referido no artigo 49.º.

(Introduzido pela primeira vez pelo TRATADO DE LISBOA, 2007).

Com isso, a questão central passou a ser: quando haveria a formalização pelo Reino Unido perante o Conselho Europeu do desejo de retirar-se da UE? A resposta veio em 29 de março de 2017, quando foi entregue a carta de Theresa May ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, acionando o artigo 50 do TUE.

A retirada unilateral de um Estado de uma organização internacional, ainda que prevista no tratado constitutivo da organização, como ocorre nesse caso, levanta consideráveis desafios jurídicos e políticos. No caso do BREXIT, em

termos jurídicos, devem ser considerados especialmente o Tratado da União Europeia (TUE) e a legislação britânica pertinente, além de determinadas regras de direito internacional, mormente a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. (SILVA, 2017, P.4)

Politicamente, o atual governo britânico busca consolidar uma posição que não prejudique seu poder de negociação sobre a maneira como se dará a saída britânica junto às instituições europeias. Em termos políticos internos, a primeira consequência foi a renúncia do primeiro-ministro Cameron, sucedido pela também conservadora Theresa May. Em termos econômicos, após o referendo, a libra esterlina sofreu forte desvalorização (cerca de 15% em relação ao dólar americano), atingindo seu menor valor em mais de trinta anos, além do que, o país teve sua nota rebaixada pelas principais agências de classificação, entre elas, Standard & Poors, Fitch e Moody's (TRAMONTINA, 2017).

O inesperado resultado das urnas, agravado pelos efeitos econômicos iniciais e por perspectivas nebulosas em um cenário econômico



já complicado, aliado à posse da nova primeira-ministra criou uma falsa expectativa de que o processo de saída da UE poderia ser revertido, mas a própria Theresa May foi categórica ao afirmar que “BREXIT significa BREXIT” (BBC, 2016).

Além disso, um de seus primeiros atos no poder foi instituir dois novos ministérios: o Departamento para a Saída da UE (*Department for Exiting the European Union*), liderado por David Davis, e o Departamento de Comércio Internacional (*Department for International Trade*), a cargo de Liam Fox. É importante considerar, ainda, que Theresa May nomeou o ex-prefeito de Londres e fervoroso adepto do BREXIT, Boris Johnson, para o Foreign Office, o equivalente ao Ministério das Relações Exteriores. (REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, pg.102, 2017)

Uma saída desordenada poderia trazer inegáveis prejuízos para o Reino Unido e para a União Europeia, no entanto isso não ocorrerá pois existe um período de transição de dois anos para o desligamento do RU da UE. Mas para evitar essa situação e tentar aumentar seu poder de barganha com o Conselho Europeu, e a fim de preparar a melhor

estratégia de negociação, o governo britânico inicialmente não havia definido uma data, apesar do desejo das instituições da UE de que o país agisse rapidamente. Duas questões centrais interessam em especial ao governo de Theresa May sobre a saída britânica nesse momento. Em primeiro lugar, como as firmas britânicas farão negócios na União Europeia e que tipo de restrições serão impostas aos nacionais dos países da UE para viver e trabalhar no Reino Unido. A posição inicial da UE, em termos muito simplistas, indica que o bloco europeu somente terá interesse em firmar um acordo de livre-comércio com o Reino Unido se este continuar a permitir que os nacionais do bloco continuem vivendo e trabalhando no país.

Será um desafio grande, especialmente para o lado britânico, já que a preocupação com a imigração foi um dos motes principais dos que apoiaram o BREXIT. Esse tipo de disputa vem sendo chamada de *hard BREXIT* ou *soft BREXIT*, em que a primeira posição representaria recusar compromissos que envolvessem a liberdade de circulação de pessoas e trabalhadores para poder manter o acesso ao mercado comum europeu. Já o segundo alme-



teria uma posição similar à da Noruega, que tem acesso ao mercado comum europeu, mas que, em contrapartida, teve que aceitar a liberdade de circulação de nacionais do bloco.

A decisão da *Supreme Court* teve dois desdobramentos: de um lado, o governo de Theresa May teve que encaminhar ao Parlamento o projeto de lei propondo a saída formal do Reino Unido da UE, batizado como *European Union (Notification of Withdrawal) Bill*; de outro, a reivindicação por parte de muitos parlamentares ensejou que o governo May elaborasse um documento que firmasse suas posições sobre o processo de negociação com a UE, conhecido como *White Paper* (REVISTA JURÍDICA DA PRESEDÊNCIA, 2017, p. 102). O texto enviado pelo governo, e que foi aprovado sem alterações, é o seguinte:

Poder de notificar a retirada da UE:

1. A Primeira-Ministra poderá notificar, sob o artigo 50.2 do Tratado da União Europeia, a intenção do Reino Unido de retirar-se da UE.
2. Essa seção tem efeito a despeito de qualquer disposição existente ou elaborada sob a égide da Lei

das Comunidades Europeias de 1972, ou de qualquer outro ato. (UK PARLIAMENT, 2017).

No documento, o governo May listou doze ações a serem conduzidas no processo de negociação com as instituições da UE, entre elas: controlar a imigração, assegurar os direitos de cidadãos da UE no Reino Unido e de britânicos na Europa continental, garantir o livre comércio com os mercados europeus e firmar novos acordos com outros países. (DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION, 2017)

A surpresa inicial com os resultados do referendo de junho de 2016 foi sucedida por efeitos econômicos e políticos. Sobre os primeiros, inicialmente, as reações foram negativas, mas ainda é cedo para prever quais serão os efetivos impactos do BREXIT sobre a economia do Reino Unido e da Europa como um todo, já que ainda são mantidos vínculos entre as duas partes e isso só será realmente decidido com o término do período de dois anos após o pedido de saída.

Em segundo lugar, estão os próprios impactos resultantes desses acordos para as empresas dos dois lados do Canal da Mancha, que ainda não



sabem se ocorrerá um *soft BREXIT* – com a criação de um mercado comum entre o Reino Unido e a UE – ou um *hard BREXIT* – com o restabelecimento de impostos de importação para produtos no comércio bilateral entre britânicos e europeus. Finalmente, as consequências serão substanciais para as pessoas, seja para os nacionais da UE que vivem e trabalham no Reino Unido, seja para os britânicos que vivem e trabalham em países que continuarão a fazer parte da UE.

A inserção no bloco europeu, que visava, entre outros objetivos, o estímulo do mercado entre os países da Europa e o fomento da economia interna, revelou-se como benéfico para o desenvolvimento e a recuperação da sua economia. Ocorre que, desde o início, o RU optou por se manter à margem das diretrizes fixadas pela União Europeia, resolvendo não aderir ao euro e manter sua própria moeda. Um dos argumentos para justificar a separação dos países britânicos é o fato de que, atualmente, sua economia é muito mais dinâmica do que aquela que impulsionou o seu ingresso no sistema de integração.

O resultado do referendo está dado. Agora,

as atenções concentram-se em especular quais termos se darão o desligamento da UE e quais serão as suas consequências para a sociedade britânica e para os próprios países da União. Os principais pontos destacados até o momento:

O primeiro ponto diz respeito aos movimentos de independência. O Reino Unido está em conflito com a União Europeia, mas o próprio Reino Unido também está em conflito interno, de forma mais intensa com a Escócia. (JENSEN e SNAITH, 2016; PERTUSOT e VIVIEN, 2016 *apud* TRAMONTINA, 2017).

Como segundo ponto, podemos destacar grupos de pressão por apoios financeiros. A União Europeia atualmente tem um amplo programa de fundos estruturais – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP – que de um modo geral têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de forma a reduzir as disparidades entre os seus estados-membros (União Europeia, 2010). Um grande problema, que inclusive poderá acirrar os ânimos dos separatistas citados no ponto anterior, será o fim do acesso a esses fundos estruturais europeus. O País de Gales e



a Irlanda do Norte beneficiam-se demasiadamente desses fundos e, no rompimento com a UE, deverão cobrar compensações junto ao governo britânico. Esta será mais uma pressão negativa ao Reino Unido que contribuirá para um ambiente turbulento no seu sistema político.

Os agricultores britânicos também reclamarão em favor de subsídios que venham a substituir os atuais subsídios da PAC da UE. De acordo com a União Europeia (2010), alguns objetivos do programa são: estabilizar o mercado agrícola e garantir o seu desenvolvimento, abastecimento e preços justos no fornecimento para o consumidor. Como dito antes, grande parte do que os agricultores britânicos produzem tem como destino o mercado único europeu, e o acontecimento do BREXIT imporá barreiras antes inexistentes ao comércio, prejudicando ainda mais o mercado agrícola do Reino Unido e dos países aos quais participam dessas transações (JENSEN e SNAITH, 2016 *apud* TRAMONTINA, 2017). Não há dúvidas de que haverá também uma forte pressão por parte dos produtores em busca de compensações aos atuais subsídios e à redução de competitividade.

O terceiro ponto é talvez aquele que mais preocupação tem causado, ou pelo menos é o mais divulgado entre os meios de comunicação recentemente. Ele diz respeito ao futuro do setor financeiro britânico. Sabe-se que o Artigo 50 prevê até dois anos de negociações para o país que quiser se desvincular da UE. Sabe-se também que a previsão dada por Theresa May para o acionamento de tal artigo foi março de 2017 e isso acabou por confirmar-se. Portanto, parece certíssimo que a partir de abril de 2019 o Reino Unido já não fará mais parte da UE.

O último alerta vai para a perda do direito de passaporte financeiro, que consiste na possibilidade de empresas prestarem serviços financeiros na UE sob regulamentação do país onde estão estabelecidas. A condição para essa regra é fazer parte da área econômica europeia. Portanto, uma vez com o direito de passaporte financeiro, as instituições financeiras estabeleceram-se em Londres para ofertar os seus serviços por todos os países da UE. Esse direito terminará com o desligamento do bloco econômico. Por exemplo, a Suíça não faz parte da UE e, embora tenha acordos bilaterais com o bloco econômico que



dá acesso ao mercado único, não faz parte da área econômica europeia. Dessa maneira, os suíços não se beneficiam do direito de passaporte e é exatamente isso o que acontecerá com o Reino Unido.

O desenho geográfico financeiro da Europa, hoje concentrado e partindo de Londres, poderá sofrer algumas alterações. Isso pode beneficiar países como Holanda, Irlanda e Luxemburgo, com Alemanha e França em segundo plano também tirando vantagem da situação. As maiores *clearing houses* da Europa, câmaras de compensação onde as transações das bolsas de valores são processadas e registradas, que hoje concentram-se em Londres e operam em euros, poderão partir para um país que faça parte da área econômica europeia. Essa é uma condição legal exigida pelo Banco Central Europeu (BCE). A nova situação trará um grande prejuízo para o setor que até agora estava muito bem estabelecido em Londres. Para continuar a prestação de serviços, as instituições deverão se submeter às futuras regras negociadas pela UE, além de construir unidades dentro da área econômica europeia, o que representa queda nas exportações de serviços financeiros e a consequente queda

na arrecadação de tributos que antes entravam nos cofres britânicos. (MIETHE; POTHIER, 2016 *apud* TRAMONTINA, 2017)

Com isso, podemos perceber que as dificuldades em negociar tratados e acordos já existentes e/ou os que ainda surgirão, principalmente aqueles ligados ao comércio e à parte econômica, será a maior preocupação para ambos os lados, tanto para o Reino Unido quanto para a União Europeia. A saída do RU pode acarretar inúmeras complicações para países que são muito dependentes da parceria com a Inglaterra, como Malta, Chipre, Irlanda, entre outros.

O país britânico não vem apresentando muita dificuldade em manter sua posição, sua forte economia e o alto valor de sua moeda (Libra). Porém, o presidente do Banco da Inglaterra, Mark Carney, alertou em agosto de 2017 que a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) já estava afetando a economia britânica e freou possíveis investimentos no país. A incerteza sobre a futura relação entre Londres e os sócios da UE “está pesando sobre as decisões das empresas e lares e freia tanto a oferta como a demanda”.



O banco britânico rebaixou sua previsão de crescimento para o ano de 2017 de 1,9% até 1,7%, e decidiu manter invariáveis as taxas de juros no nível mínimo histórico de 0,25%. A entidade reduziu ainda sua perspectiva sobre o avanço dos salários, que, segundo os seus cálculos, será de 3% em 2018, em vez dos 3,5% que estimavam (AGÊNCIA EFE, 2017).

Sendo assim, o Banco Central Europeu tem como objetivo minimizar essas mudanças e conciliar da melhor forma os interesses dos 27 países membros da União Europeia com o Reino Unido. A tarefa do BCE é manter a estabilidade de preços na área do euro e, desse modo, preservar o poder de compra da moeda única dos 19 países que o adotaram.

Pensando por um lado mais amplo, as consequências econômicas para essa saída podem ser ainda maiores, por exemplo: deixando a UE, o país britânico terá que negociar novas condições para o comércio com as demais 27 nações e também com outros 52 países com os quais o bloco tem acordos preferenciais. Entre eles, o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio de Investimento que

é negociado entre EUA e EU.

Visando todos os tópicos abordados, as informações que ainda estão por vir e as conclusões que serão feitas, devemos levar tudo em conta para chegar ao objetivo do comitê do BCE e discutir sobre o que isso pode acarretar para a União Europeia e os demais países envolvidos nesse conflito.

PANORAMAS

ALEMANHA

O Estado alemão diz que a Inglaterra não deveria esperar um acordo especial e que é mais importante manter os 27 países-membros restantes unidos. A chanceler alemã Angela Merkel afirmou que a União Europeia quer continuar a ser “um bom parceiro” de Londres, destacando que o “espírito da negociação” sobre a saída do Reino Unido do bloco europeu deve ser o de encontrar pontos em comum. (THE GUARDIAN, 2016)

O governo alemão nem confirma nem desmente o cálculo da Comissão Europeia (Poder Executivo da União Europeia) de 60 bilhões de euros (cerca de 200 milhões de reais) em faturas pendentes.



Berlim aposta que a UE defina inicialmente com Londres um método de cálculo, e a partir dele chegue a uma quantia concreta. Apesar desses planos iniciais, todas as partes estão conscientes de que têm pela frente negociações muito complexas, que ninguém sabe ao certo como podem terminar.

Os presidentes Frank-Walter Steinmeier e François Hollande defenderam que a Alemanha e a França devem assumir “lado a lado” uma liderança forte para garantir o futuro da União Europeia depois do BREXIT. Admitiram que a Europa “deve ser capaz de responder” às aspirações dos seus cidadãos e sublinharam que a UE é “indispensável e iniludível”.

ÁUSTRIA

O Estado austríaco, desde sua adesão em 1992, se tornou um importante aliado no processo de integração europeu, sempre se colocando ao lado da criação de instituições europeias. O recém-governo eleito, já se posicionou contra o BREXIT e proibiu qualquer referendo que possibilite a saída da Áustria da União Europeia.

Em relação à saída do Reino Unido, o governo se posiciona a favor de um desligamento completo da ilha em relação ao continente, a favor da negociação completa de acordos com a Inglaterra, sem dar nenhuma vantagem aos ingleses, pois isso poderia mostrar fraqueza do conjunto europeu em um momento de fragilidade da Europa.

BÉLGICA

O governo belga é a favor de um BREXIT mais brando, sem o desligamento do RU dos arranjos europeus. A Bélgica e o Reino Unido são grandes parceiros comerciais e não é de interesse belga ter uma Inglaterra afastada e impedida de se relacionar amistosamente com a União. Já foi proposto um arranjo para o Reino Unido parecido com o norueguês, para facilitar as relações comerciais entre o país e o bloco, que acreditam que poderia ser a resposta para uma Europa pós-BREXIT.

CHIPRE

As relações entre a República do Chipre e o Reino Unido são historicamente muito próximas, já que a ilha de Chipre era território britânico até sua independência em 1959. Hoje, o Reino Unido mantém



diversas bases na ilha e cerca de 3000 unidades militares. Sua importância estratégica é alta para o Reino Unido e seus aliados, portanto, as relações de amizade com o Chipre não devem ser cortadas.

Outro problema agravante na situação do Chipre é o movimento separatista da República Turca de Chipre do Norte, que pode ganhar força caso a República do Chipre perca o apoio militar inglês.

ESLOVÁQUIA

O governo eslovaco já declarou que respeita a decisão do povo inglês em pedir a saída e não deve criar muitas barreiras para isso; espera manter relações amistosas com o RU após o término das negociações. Por outro lado, alas ministeriais do governo, como a chancelaria, já se posicionaram contra a saída, buscando conter os avanços das negociações dentro das instituições europeias. Resta esperar e ver qual posição o Estado eslovaco manterá em relação ao BREXIT.

ESLOVÊNIA

O governo esloveno já se posicionou contra negociações brandas com o Reino Unido após o BREXIT e sua vontade é de negociar acordos

mais firmes. A Eslovênia, por ser um dos países de passagem de refugiados, acredita que o BREXIT não é prioridade para a União Europeia, que a saída do Reino Unido da união não passa de uma disputa por atenção e um desvio do foco europeu para assuntos que realmente importam dentro do continente.

Já se negou a negociar acordos comerciais com o Reino Unido, e provavelmente manterá sua posição firme contra o BREXIT e contra qualquer outro movimento que venha a enfraquecer o bloco.

ESPANHA

Para o governo espanhol, o BREXIT pode ser desastroso, os laços econômicos entre os dois países são muito fortes, existem muitos ingleses que residem ou que fazem turismo na Espanha e movimentam milhões de euros anualmente.

Com a saída do Reino Unido, a Espanha deverá tomar mais responsabilidades para com a União e deve aumentar suas contribuições, o que pode levar a uma nova crise. Também existe a questão de Gibraltar, uma fronteira entre os dois reinos, e caso não haja um acordo de trânsito de pessoas,



Gibraltar ficará completamente isolada, cercada pelo Mediterrâneo por três lados e ao norte pela Espanha, porém essas questões não são prioridade para o RU e devem ser resolvidas imediatamente.

ESTÔNIA

As relações entre o Reino Unido e a Estônia são distantes. A maior preocupação estoniana para com o BREXIT seriam os arranjos de segurança, tendo em vista que os dois países fazem parte da aliança militar do Atlântico Norte. Questões imigratórias e econômicas estão em segundo plano para o governo estoniano.

FINLÂNDIA

A Finlândia era o próximo país a ser cogitado para dar entrada ao processo de desvinculação da União Europeia (UE), contudo, este possui um forte laço com a Alemanha, e visando que essa está se tornando uma potência econômica poderosa dentro do continente, o país pretende seguir ao lado dela e ao lado do Bloco.

O país acredita que o BREXIT será, de certo ângulo, benéfico à UE, pois irá aumentar a cooperação entre os países-membros e ainda

trará consciência aos outros países que cogitem a ideia de sair do bloco, de que tal separação não é fácil e não é tão positiva como se acreditava. Ainda mais, o país crê que a UE não deve deixar seu ritmo de crescimento ser severamente abalado, mas, sim, encorajá-lo.

FRANÇA

A França é publicamente contra a saída do Reino Unido do bloco. Sua posição se apoia no fato de que o BREXIT dificultará as relações bilaterais entre os países. Por conta disso, o maior objetivo francês após a saída será consolidar as relações comerciais com o Reino Unido novamente, tendo um grande enfoque no setor primário principalmente.

Tendo em vista a discussão das consequências que o Reino Unido deve sofrer, o país apoia que seja cobrada uma alta taxa por conta de sua saída e por conta dos pontos negativos que isso trará ao bloco e a seus países-membros. Ainda assim, o país teme um *hard BREXIT*, sendo que procura meios de aprofundar as relações entre o bloco e o Reino Unido.



GRÉCIA

O principal foco da Grécia na discussão do BREXIT é impedir a ocorrência de um *hard BREXIT*, pois se esse ocorrer, o custo estimado do processo se assemelha a 0,8% do PIB da Grécia. Com isso em mente, o país defende a ideia do período transitório em que o Reino Unido sairia do Bloco apenas em certas áreas, sendo que continuaria participando da União Aduaneira e do Mercado Único. Outro foco do país em relação às discussões do BREXIT é garantir o direito de seus cidadãos.

Contudo, a Grécia não apoia a ocorrência do BREXIT para o país, pois o Reino Unido sozinho é fraco e não tem a mesma influência nem a mesma importância no sistema internacional comparado ao período em que participou do Bloco. Outro ponto que o país leva em consideração para montar sua posição é o medo de que o BREXIT cause uma diminuição drástica do turismo grego.

IRLANDA

A Irlanda é um ponto crucial da negociação do BREXIT por conta de suas fronteiras, sendo que a separação do Reino Unido trará problemas

para o país por se tornar o único com fronteira terrestre com o Reino Unido e também pela ameaça de haver problemas de circulação entre as fronteiras da Irlanda e Irlanda do Norte. Esse último é o principal problema, pois muitos cidadãos trabalham em um país e moram em outro, sendo que a livre circulação permite tal ação, assim o fechamento das fronteiras traria dificuldades para grande parte da população.

A União Europeia diz apoiar a Irlanda, ditando que um acordo de livre comércio com o Reino Unido (RU) só será concluído quando o problema de fronteiras for resolvido. O bloco também impôs que o RU tem a obrigatoriedade de cuidar para que a sua saída não seja prejudicial para o país, pois caso isso não ocorra, as negociações do BREXIT serão mais complicadas. A discussão das fronteiras já começa a trazer tensões na Irlanda, vinda da porção da população que é mais nacionalista.

A Irlanda também teme que o número de turistas britânicos diminua por conta do BREXIT, sendo que pesquisas já mostram que com a desvalorizações da Libra houve uma diminuição do turismo no país. Um cenário que a Irlanda



procura impedir é o *hard BREXIT*, pois se o país for obrigado a começar a controlar suas fronteiras, tal mandato está calculado que custaria cerca de 3,4% do PIB irlandês.

ITÁLIA

Estando o BREXIT entre os cinco principais de seus assuntos, a Itália tem como prioridade defender os direitos de seus cidadãos. Posteriormente, o país possuía a mesma visão grega de que o Reino Unido continuasse participando da União Aduaneira e do Mercado Único, contudo, isso mudou, sendo que agora apoia a formação de um acordo comercial específico para o Reino Unido, semelhante ao existente entre o Bloco e o Canadá, pois não acredita que a OMC faria um acordo benéfico para todos.

A Itália não é a favor do BREXIT, sendo que isso é um fator que leva o país a acreditar que o Reino Unido deva pagar a taxa discutida por ter decidido sair. Outro fator é o efeito negativo que o BREXIT está trazendo tanto para o Bloco, quanto para seus membros.

LETÔNIA

O país apoia que a negociação do BREXIT não cause nenhuma penalidade ao Reino Unido, pois acredita que isso traria apenas consequências negativas para a União Europeia, sendo que possivelmente perderia a cooperação com o país.

Para a Letônia, é importante que o Reino Unido continue parceiro econômico do Bloco, pois o país está entre os quatro maiores importadores de produtos da Letônia. Com isso, o BREXIT pode afetar de modo significativo a economia do país, assim, ele defende que um acordo comercial deva ser oficializado antes da saída definitiva do Reino Unido.

LITUÂNIA

É um ativo membro na cooperação entre países do Norte Europeu e tem relações especialmente positivas com os países nórdicos.

O BREXIT tem pequenas influências econômicas diretas na Lituânia. Sua maior preocupação é em relação à imigração, uma vez que existem 200.000 lituanos no Reino Unido. Essas pessoas não estão satisfeitas com o resultado do referendo, uma vez que gera uma incerteza sobre sua situação de



vida, podendo gerar o retorno de milhares deles ou uma nova imigração para outras rotas populacionais como a Noruega.

Desse modo, a Lituânia não tem nenhum grande problema relacionado ao BREXIT e não busca uma negociação severa, podendo, inclusive, puxar grandes empresas que perderiam vantagens econômicas com o BREXIT para seu país, sendo uma oportunidade de crescimento lituano, de acordo com o ministro das finanças lituano, Sigita Mitkus. O ministro das Relações Exteriores lituano, Linus Linkevicius, disse que o UK não deve reiniciar suas relações com a Lituânia do zero após sair da União Europeia, sugerindo “preservar o que já foi criado”.

LUXEMBURGO

Luxemburgo é, também, um dos países europeus mais expostos a uma eventual saída do Reino Unido da União Europeia (UE), segundo uma análise da agência de avaliação financeira S&P Global Ratings.

A agência criou um “Índice de sensibilidade ao BREXIT” baseado em parâmetros como as

exportações de bens e serviços para o Reino Unido comparadas com o PIB daqueles países, o investimento direto estrangeiro, fatores financeiros e fluxos migratórios bidirecionais.

Porém, a minúscula Luxemburgo está atraindo gigantes como JP Morgan Chase e a seguradora American International Group, que têm interesse em firmar presença na União Europeia depois que o Reino Unido sair do bloco. Isso pode, de fato, ser um ponto positivo para o Estado-membro, mesmo não sendo completamente a favor da saída do RU da União Europeia pela grande parceria que os dois países possuem.

MALTA

Por diversos anos, após sua independência em 1964, sob o governo do Partido Nacionalista, Malta seguiu uma política de grande e próxima cooperação com o Reino Unido e outros partidos da OTAN, se afastando desses em 1971 com a ascensão do Partido Trabalhista ao poder. Assumindo, então, a política do não alinhamento que durou até 2004 quando se tornou membro da UE.



Em relação ao BREXIT, Malta é um dos países mais prejudicados de modo severo. Prevê-se um aumento de preços de bens e serviços, segundo Yael Selfin, economista-chefe da KPMG. Apesar de os valores serem insignificantes para a economia britânica, a exportação de produtos para o Reino Unido equivale a 9% do PIB de Malta, podendo provocar uma verdadeira crise nacional para o país caso tarifas aduaneiras sejam impostas após a saída do UK da UE. Pois, além disso, 6,4 % do PIB de Malta é diretamente dependente da economia britânica para a exportação de serviços.

De acordo com o primeiro-ministro de Malta, Joseph Muscat, “[...]Essa é uma situação na qual todos perderão. Eu não consigo ver uma situação na qual a Europa sairá mais forte ou que o Reino Unido sairá mais forte desse processo[...]” e defende uma posição dura contra o Reino Unido, pondo em risco milhares de empregos em Malta.

PAÍSES BAIXOS

O primeiro-ministro holandês é Mark Rutte, do Partido Popular para a Liberdade e Democracia, um tradicional partido holandês de orientação liberal. A Holanda é um dos países mais amea-

çados pelo BREXIT devido às antigas e fortes relações comerciais entre os dois países. O Reino Unido é o terceiro principal destino de exportações holandesas, além disso, a Holanda é um dos maiores importadores de produtos britânicos e a saída do Reino Unido do bloco pode dificultar ou encarecer a importação dessas mercadorias.

Há também um movimento dentro da Holanda similar ao BREXIT que pede a separação da Holanda do bloco, liderado pelo Partido para a Liberdade, que chegou a propor um plebiscito sobre a permanência da Holanda no bloco. A proposta, no entanto, foi ignorada pelo governo e pelos demais partidos de oposição. Devido às importantes relações comerciais e também para enfraquecer o movimento liderado pelo Partido para a Liberdade, o governo holandês se posiciona contra o BREXIT.

PORTUGAL

O primeiro-ministro português é Antonio Costa, do Partido Socialista Português, do qual é atualmente secretário-geral. Portugal será, também, um dos mais afetados pelo BREXIT, já que na imigração existem cerca de 400 mil portugueses



residindo em Londres. Além disso, o Reino Unido é o quarto principal destino das exportações portuguesas, porém o governo britânico já sinalizou que pretende manter uma boa relação com Portugal após o BREXIT. O governo português se posiciona contra o BREXIT no Conselho Europeu, mas necessita manter boas relações com o Reino Unido.

PRESIDENTE DO BCE – MARIO DRAGHI

O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, considerou que a palavra “tristeza” é aquela que melhor exprime o sentimento reinante na Europa acerca da saída do Reino Unido da União Europeia.

“Vamos deixar as circunstâncias extraordinárias em que nos encontramos que envolvem os nossos amigos britânicos e toda a União Europeia. Tentei encontrar uma palavra que defina os nossos sentimentos: provavelmente, a melhor seja ‘tristeza’, que todos temos aqui”, afirmou. (PÚBLICO, 2016)

Mario Draghi, disse que a economia da zona do euro

tem se mostrado até agora resistente à decisão do Reino Unido de votar por sua saída da União Europeia, mas alertou que ainda há riscos econômicos, reiterando que o BCE continua disposto a ampliar seus estímulos monetários, se necessário.

VICE-PRESIDENTE – VÍTOR CONSTÂNCIO

O vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Vítor Constâncio, não viu os mercados financeiros congelarem desde o início do processo de divórcio entre Reino Unido e União Europeia (BREXIT). “Por enquanto”, é uma situação de crise aguda como em 2008, com o Lehman Brothers. Mas claro que “isso pode tornar-se muito mau”, contrapôs depois. E disse mais: se o pior acontecer, “se as consequências do BREXIT forem mais severas em termos econômicos, teriam de ser outras autoridades [a agir] e não o BCE”, ainda que reconhecendo que Frankfurt tem “muitos instrumentos que usar”. (DINHEIRO VIVO, 2016)

Referiu que “para já, o BREXIT não criou um caso sistémico” nos mercados financeiros. “As histórias mais assustadoras não se verificaram, não é



um Lehman Brothers”. No entanto, “não estou a dizer com 100% de certeza que algo pior não se venha a verificar”.

MEMBRO ELEITO – BENOÎT COEURÉ

O voto do Reino Unido para deixar a União Europeia gera dúvidas sobre a irreversibilidade do projeto da UE e vai ter um impacto negativo no crescimento, embora a extensão disso ainda seja incerta, afirmou o membro do conselho executivo do Banco Central Europeu (BCE) Benoit Coeuré.

“A saída do Reino Unido criou um clima de incerteza financeira no curto prazo, e o Banco Central pode responder a isso, e ele já o fez”, disse Coeure durante uma conferência de negócios na cidade de Aix-en-Provence, ao sul da França.

“Nós temos instrumentos que estamos prontos a utilizar, graças a Deus não precisamos utilizá-los até o momento, mas estamos prontos para fazê-lo”. (REUTERS, 2016)

MEMBRO ELEITO – SABINE LAUTENSCHLÄGER

Em setembro do ano de 2017, Sabine Lautens-

chläger, uma das dirigentes da instituição mais favoráveis à retirada de estímulos monetários, fez os seguintes pronunciamentos: “chegou a hora de o Banco Central Europeu (BCE) decidir sobre o fim de seu programa de relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês)”.

Segundo Lautenschläger, a inflação na zona do euro eventualmente voltará para a meta do BCE, que é ligeiramente inferior a 2%, à medida que as condições econômicas melhorarem.

“O crescimento vigoroso e a acomodação monetária vão nos levar de volta para uma taxa de inflação que esteja em linha com nosso objetivo”, disse ela, durante conferência na Estônia. “Quase não há dúvida sobre isso. Dessa forma, está na hora de tomar uma decisão agora sobre nossas compras de bônus no começo do próximo ano.” (EM, 2017)

MEMBRO ELEITO – YVES MERSCH

Segundo Yves Mersch, a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia (UE), o chamado “BREXIT”, gera incertezas sobre a futura supervisão das câmaras de compensação não pertencen-



centes à zona do euro, mas que operam quantidades significativas de euros.

Mersch afirmou que o BCE está pronto para explorar todas as opções dentro do seu mandato, para assegurar o cumprimento das responsabilidades de supervisão. “Não podemos ser complacentes com a regulamentação e a supervisão das infraestruturas dos mercados financeiros”. (AGÊNCIA CMA, 2016)

MEMBRO ELEITO – PETER PRAET

O economista-chefe do Banco Central Europeu (BCE), Peter Praet, advertiu que a votação do Reino Unido de deixar a União Europeia (UE) poderá reverter as recentes melhorias na economia da zona do euro e pediu uma ação rápida em direção a um procedimento pós-plebiscito.

Ainda assim, ele ressaltou que as medidas de política do BCE, que inclui um programa massivo de compras de títulos e taxas de juros negativas, estão se tornando cada vez mais eficazes em apoiar o crescimento. “A expectativa é que taxas permaneçam nos baixos níveis atuais por um longo período”. (ISTOE, 2016)

O BCE “[...]está firmemente determinado a garantir a estabilidade dos preços e a estabilidade financeira na área do euro”, disse Praet, acrescentando que a recuperação econômica da zona do euro tem mostrado sinais de fortalecimento.

Em relação ao temor com o impacto do BREXIT nas instituições financeiras, o economista-chefe disse que não há sinal de que a votação no Reino Unido tenha desencadeado problemas de financiamento junto às instituições financeiras. “Não houve realmente um choque de liquidez no setor bancário”, disse ele, completando que o setor mostrou “forte resistência”, após o choque com o resultado do plebiscito. (BBC, 2016)

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

O Documento de Posição Oficial (DPO) é elaborado pelas delegações indicando seu posicionamento para com o assunto debatido no comitê. É importante que o documento seja compatível com a política externa do país representado pela delegação.



Aconselha-se que tenham essas perguntas respondidas nos documentos:

- Qual é a importância da saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) para o arranjo econômico mundial? Os arranjos comerciais mundiais serão alterados?
- Como a União deve se posicionar para não prejudicar seus cidadãos, mas também não punir os cidadãos britânicos que escolheram a saída, principalmente em questões comerciais? Deve-se facilitar o comércio com o RU ou devem existir barreiras para o comércio EU-RU?
- Qual é o impacto no mercado financeiro mundial, tendo em vista o peso do mercado londrino? Como se dará o movimento de capitais após o BREXIT? Os mercados europeus (principalmente os mercados de Frankfurt e Paris) serão capazes de captar recursos como o inglês após o BREXIT?
- Qual é o impacto do BREXIT para o seu país especificamente (tanto aspectos econômicos, mas também políticos e sociais)?

- Quais medidas devem ser tomadas por parte da UE para minimizar os efeitos maléficos do BREXIT, e/ou para maximizar os efeitos benéficos, caso eles existam?
- É necessária uma revisão dos acordos econômicos da UE para evitar possíveis crises no futuro?

O Documento de Posição Oficial deve seguir o padrão estabelecido pelo Fórum, incluindo o brasão nacional no canto superior direito, o símbolo do comitê no canto superior esquerdo, e entre o brasão e o símbolo do comitê o nome completo do país representado em negrito, caixa-alta e centralizado. No canto inferior direito, deve conter a assinatura do delegado(a). O texto do documento deverá estar na fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples e margens de 2cm.

Certifique-se de que o documento siga o formato exigido pelo XV Fórum de Discussão Estudantil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BACKGROUND guide to “BREXIT” from the European Union. 24/02/2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/02/graphics-britain-s-referendum-eu-membership>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BANCO CENTRAL EUROPEU. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/euro_became_our_moneypt.pdf?79baceeae5309cf40705c8aa3d68d65e>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BANCO CENTRAL EUROPEU. **Presidente do Banco Central**. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/decisions/html/cvdraghi.pt.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BANCO CENTRAL EUROPEU. **Sobre o Banco Central Europeu**. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/index.pt.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Banks leaving UK may get years to comply with ECB rules: Lautenschlaeger. 27/03/2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-banks-brexitecb/banks-leaving-uk-may-get-years-to-comply-with-ecb-rules-lautenschlaeger-idUSKBN16Y0Z8>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BARNES, J. **Don’t punish the UK: Latvia urges EU to go easy on Brexit because of business benefits** [on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/uk/755629/Latvia-ambassador-begs-European-Union-go-easy-Brexit>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BIZAWU, Sébastien Kiwongui; RODRIGUES, Marcos Vinicius. **A crise da globalização: Um estudo sobre os efeitos do Brexit e da política do governo Trump e os desafios para as metas do acordo de Paris**. p. 1-16. Artigo. Escola Superior Dom Helder Câmara (Brasil), MG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/226/142>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BREXIT and its Impact on Latvia. **Threat or Opportunity?** [on-line]. 2017. Disponível em: <http://certusdomnica.lv/wp-content/uploads/2017/04/Certus_BrexitAndItsImpactOnLatvia_2017_EN.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017

BREXIT:causesandconsequences.22/09/2017. Disponível em: <<http://ukandeu.ac.uk/brexit-causes-and->



-consequences/>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BREXIT: France tells Britain ‘we want our money back’ [on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.thelocal.fr/20171004/brexit-france-tells-britain-we-want-our-money-back>>. Acesso em: 14 dez. 2017

BREXIT: Mario Draghi pede aos bancos para se prepararem “a tempo”. 29/05/2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/brexit-mario-draghi-pede-aos-bancos-para-se-prepararem-a-tempo-8515772.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BREXIT - Possible Economic Impact for the Euro Area and the EU. Monetary Dialogue, [S.l.], nov. 2016. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/595325/IPOL_BRI\(2016\)595325_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/595325/IPOL_BRI(2016)595325_EN.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BREXIT: Reverter saída da União Europeia seria benéfico para a economia: OCDE. Diário de Notícias, [S.l.], 17 out. 2017. p. 1. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/brexit-reverter-saida-da-uniao-europeia-seria-benefico-para-a-economia--ocde-8850629.html>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BREXIT: UK hopes of autumn trade talks ‘will be

dashed’, says Slovenian PM. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/aug/20/uk-hopes-of-eu-trade-talks-this-autumn-will-be-dashed-says-slovenian-pm>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BUENO, Chris. **Brexit e o novo momento para a Europa**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, Oct./Dec. 2016. p. 1. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000400006&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 22 dez. 2017.

CENTRE for European Reform: The impact of Brexit on the EU. Disponível em: <<http://www.cer.eu/insights/impact-brexit-eu>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

CORREIA, Tatiane. **O impacto da Brexit sobre a economia global**, por A.Kaletsy. GGN O Jornal de Todos os Brasis, [S.l.], 17 jun. 2016. p. 1. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-impacto-da-brexit-sobre-a-economia-global-por-akaletsy>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CRAWFORD, A. **EU Unyielding on Brexit Leaves May With One Choice: Pay the Bill** [on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com>>



com/news/articles/2017-09-20/eu-capitals-unite-to-tell-may-to-pay-brexite-bill-survey-shows>.

Acesso em: 14 dez. 2017.

DE GRAUWE, Paul. **The Belgian government's Brexit negotiating strategy.** 10/12/2016. Disponível em: <<http://voxeu.org/article/belgian-governments-brexite-negotiating-strategy>>.

Acesso em: 05 jan. 2018.

DENNISON, James; CARL, Noah. **The ultimate causes of Brexit: history, culture, and geography.** 18/07/2016. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/71492/1/blogs.lse.ac.uk-The%20ultimate%20causes%20of%20Brexit%20history%20culture%20and%20geography.pdf>>.

Acesso em: 09 jan. 2018.

DUNN, T.N. **Italy backs britain Italy's PM breaks ranks with EU hardliners by calling for a special Brexit trade deal with UK [on-line].** 2017. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/news/5134928/italy-breaks-ranks-with-eu-wants-special-brexite-trade-deal/>>.

DRAGHI diz que perspectivas do Brexit "são melhores" do que há um ano. 26/06/2017. Disponível em: <[https://www.jn.pt/mundo/inte-](https://www.jn.pt/mundo/inte-rior/draghi-diz-que-perspetivas-do-brexite-sao-melhores-do-que-ha-um-ano-8593130.html)

rior/draghi-diz-que-perspetivas-do-brexite-sao-melhores-do-que-ha-um-ano-8593130.html>.

Acesso em: 12 jan. 2018.

ECONOMIC and Monetary Union (EMU). Disponível em: <<http://www.ecb.europa.eu/ecb/history/emu/html/index.en.html>>.

Acesso em: 02 dez. 2017.

EIGHT reasons why Spain is very worried about Brexit. 10/03/2017. Disponível em: <<https://www.thelocal.es/20170310/reasons-why-spain-is-worried-about-brexite>>.

Acesso em: 11 jan. 2018.

EUROPEAN CENTRAL BANK. Disponível em: <<https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-central-bank#overview>>.

Acesso em: 02 dez. 2017.

EUROPEAN CCPS AFTER BREXIT. 20/06/2017. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2017/html/ecb.sp170620.en.html>>.

Acesso em: 12 jan. 2018.

EUROPEAN Central Bank president Mario Draghi reveals concerns over losing oversight of London's euro clearing market after Brexit. 24/05/2017. Disponível em: <<http://www.cityam.com/265363/>



europa-central-bank-president-mario-draghi-reveals>. Acesso em: 12 jan. 2018.

EUROPEAN MOVEMENT INTERNATIONAL. **The consequences of a British exit from the European Union.** Disponível em: <http://european-movement.eu/wp-content/uploads/2016/05/EMI_16_PolicyPosition_Brexit_17_VIEW_FINAL.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2017.

GARCIA, R. **Que fará May com a fronteira irlandesa?** [on-line]. 2017. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-12-02-Que-fara-May-com-a-fronteira-irlandesa->>. Acesso em: 14 dez. 2017.

GILLETT, Francesca. **Austria's new coalition government with far-right party forbids country from Brexit-style EU breakaway.** 16/12/2017. Disponível em: <<https://www.standard.co.uk/news/world/austrias-new-coalition-government-with-farright-party-vows-to-tighten-up-immigration-rules-but-a3721336.html>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

HUNT, D. **Greece isn't happy about losing Britain: Former Greek PM speaks of dismay at Brexit**

[on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/uk/876964/Brexit-news-UK-EU-Greece-Theresa-May-European-Union-negotiations-video>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

HUNT, Alex; WHEELER, Brian. **Brexit: All you need to know about the UK leaving the EU.** Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-32810887>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

INTERVIEW with Le Monde and La Stampa. 07/07/2017. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/press/inter/date/2017/html/ecb.in170707.en.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

KACA, E. **France's Position on the UK's Post-Brexit Relationship with the EU** [on-line]. 2017. Disponível em: <<http://www.pism.pl/publications/bulletin/no-57-907>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

KERR, C. **Ready for Brexit to FAIL: France's elite task force preparing for no deal REVEALED** [on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/politics/886683/brexit-france-no-deal-preparations>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

KIRBY, W. **Italy backs Britain's demands for a**



tailor-made Brexit trade deal despite EU stubbornness [*on-line*]. 2017. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/politics/891692/brexit-news-eu-uk-italy-paolo-gentiloni-bespoke-trade-deal-single-market-norway-canada>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

LAUTENSCHLÄGER, Sabine. **Preparing for Brexit: “The clock is ticking”**. 16/08/2017. Disponível em: <<https://www.bankingsupervision.europa.eu/press/interviews/date/2017/html/ssm.in170816.en.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

LAUTENSCHLÄGER, Sabine. **Some supervisory expectations for banks relocating to the euro area**. 04/05/2017. Disponível em: <<https://www.bankingsupervision.europa.eu/press/speeches/date/2017/html/ssm.sp170504.en.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

LÍDER da UE pressiona Londres e apoia Irlanda no ‘brexit’ [*on-line*]. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1939892-lider-da-ue-pressiona-londres-e-apoia-irlanda-no-brexit.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MAULDIN, John. **3 Reasons Brits Voted For Brexit**.

Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/johnmauldin/2016/07/05/3-reasons-brits-voted-for-brexit/#736c0e151f9d>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ON THE CAUSES OF BREXIT: How migration from Eastern Europe contributed to the rise of UK Euroscepticism. Disponível em: <<http://www.res.org.uk/details/mediabrief/10503963/ON-THE-CAUSES-OF-BREXIT-How-migration-from-Eastern-Europe-contributed-to-the-rise.html>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

PATEL, Oliver; REH, Christine. **Brexit: The Consequences for the EU’s Political System**. UCL Constitution Unit Briefing Paper, [S.l. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/constitution-unit/research/europe/briefing-papers/Briefing-paper-2>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

PERRING, R. **Italy sends warning to EU: No deal Brexit is DANGEROUS and Brussels can’t let it happen** [*on-line*]. 2017. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/world/892325/Brexit-deal-news-Italy-EU-latest-news-Paolo-Gentiloni-Brexit-no-deal-dangerous>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

POHJANPALO, K.; TIESSALO, R. **Brexit Will Be**



So Painful No One Will Follow, Finland Says [on-line]. 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-04-20/brexit-will-be-so-painful-no-one-will-follow-finland-says>> . Acesso em: 14 dez. 2017.

PRAET, do BCE, diz que Brexit poderá reverter melhorias na zona do euro. 01/07/2016. Disponível em: <<https://istoe.com.br/pramet-do-bce-diz-que-brexit-podera-reverter-melhorias-na-zona-do-euro/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PROTOCOLO Relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/pdf/orga/escbstatutes_pt.pdf?648cedb07c9a974e3f60d4190eb85df6>. Acesso em: 02 dez. 2017.

RILEY, Alan. **Brexit: Causes and Consequences**. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/notes_internacionales/n1_159/brexit_causes_and_consequences>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SAIBA como o Brexit pode afetar a economia. [S.l.: s.n.], [2017?]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/saiba-como-brexit-pode-afetar-economia-19567262>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

oglobo.globo.com/economia/saiba-como-brexit-pode-afetar-economia-19567262>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SHELLER, Hanspeter k. **Banco Central Europeu- História, Papel e Funções**. Alemanha: 2006.

SILVA, Alexandre Pereira. **Brexit: Desafios Jurídicos Internacionais, Regionais e Domésticos**. p. 1-27, [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://revista-juridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1405/1199>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SOUZA, Ana Mariana Oliveira; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **Análise da Formação da União Europeia e Brexit: As Possíveis Consequências da Saída do Reino Unido do Sistema de Integração Europeu**. p.1-17, Artigo, [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista050/ANALISE_DA_FORMACAO_DA_UNIAO_EUROPEIA_E_BREXIT.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

STAFF, Reuters. **ECB chief economist warns Brexit impact could turn nasty**. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-ecb-eurozone-pramet-brexit/ecb-chief-econo->



mist-warns-brexit-impact-could-turn-nasty-idUSKBN16210U?il=0>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SYMINGTON, M. **Ireland and Brexit: Five things you need to know** [on-line]. 2017. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/12/ireland-brexit-171213121309274.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

TRAMONTINA, Henrique Younes. **O Brexit e a Competitividade do Reino Unido no Mercado Único Europeu**. p. 1-67. Dissertação (Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus), Universidade de Lisboa, Portugal, Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14579/1/DM-HYT-2017.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

TOSATTI, Tatiana. **Brexit, Eleições Presidenciais Americanas e Blocos Regionais**. p. 1-13. Artigo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Vol. 1. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/32768/22624>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ZOEGA, Gylfi. **On the causes of Brexit: Regional differences in economic prosperity and voting behaviour**. 01/09/2016. Disponível em: <[\[voxeu.org/article/brexit-economic-prosperity-and-voting-behaviour\]\(http://voxeu.org/article/brexit-economic-prosperity-and-voting-behaviour\)>. Acesso em: 09 jan. 2018.](http://</p></div><div data-bbox=)

WINCOTT, Daniel; PETERSON, John; CONVERY, Alan. **Introduction: Studying Brexit's causes and consequences. The British Journal of Politics and International Relations**, [S.l.], 08 jun. 2017. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1369148117713481>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

VÍDEOS

<https://www.express.co.uk/news/politics/761816/Brexit-news-Belgian-Government-warns-EU-punishing-Britain-UK>

<https://www.cnbc.com/video/2016/04/21/ecbs-mario-draghi-shares-his-view-on-brexit.html>

<http://pt.euronews.com/2017/09/20/vitor-constancio-vivemos-o-melhor-contexto-desde-o-inicio-da-uniao-monetaria>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-05-24/constancio-says-u-k-has-more-at-stake-than-euro-area-in-brexit>

<https://www.bloomberg.com/news/arti->



Fórum FAAP de Discussão Estudantil – 2018

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

cles/2017-06-12/ecb-s-coeure-says-clearing-
-will-need-post-brexite-alternative

[https://www.cnbc.com/2017/11/16/
ecb-board-member-says-normalization-of-inte-
rest-rates-will-be-gradual.html](https://www.cnbc.com/2017/11/16/ecb-board-member-says-normalization-of-interest-rates-will-be-gradual.html)